

Os Movimentos Sociais durante o Capitalismo Oligopolista Transnacional

*Nildo Viana*¹

Resumo

Os movimentos sociais seguem a dinâmica do capitalismo, sendo que emergiram na sociedade moderna, possuindo um desenvolvimento marcado por sua inserção particular na mesma. O nosso objetivo é analisar alguns dos elementos básicos dos movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional, caracterizado pela vigência do regime de acumulação conjugado, e mostra que sua dinâmica é marcada tanto por um recuo do movimento operário convivendo com a emergência do aparecimento de um novo contexto para os movimentos sociais e sua radicalização no final dos anos 1960, época da crise do regime de acumulação conjugado.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Regime de Acumulação Conjugado, Movimento Estudantil, Movimento Negro, Capitalismo Oligopolista Transnacional.

Os movimentos sociais seguem a dinâmica da sociedade capitalista. Eles emergem na sociedade moderna e possuem um desenvolvimento marcado por sua inserção particular na mesma. O nosso objetivo é analisar alguns dos elementos básicos dos movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional, caracterizado pela vigência do regime de acumulação conjugado. O processo analítico parte de uma compreensão dialética no sentido de descobrir as tendências gerais determinadas por esta fase do capitalismo.

O método utilizado em nossa análise é o dialético. O método dialético aponta para a percepção da historicidade e totalidade dos fenômenos sociais e para um procedimento analítico que busca reconstituir as determinações dos fenômenos sociais. A partir da abordagem de Marx (1983; VIANA, 2007; VIANA, 2014a; KORSCH, 1983; KORSCH, 1977) é possível extrair categorias analíticas fundamentais (totalidade, determinação, determinação fundamental, historicidade, concreto, abstrato, etc.) e ao buscar reconstituir a realidade histórica dos movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional podemos entender a dinâmica de tais movimentos inseridos no conjunto das relações sociais deste período histórico.

¹ Doutor em Sociologia/UnB. Pós-Doutorando na Escola de Enfermagem da USP. E-mail: nildo@nildoviana.com
Vol.3, Nº3. set./dez. de 2014.

Para tanto, uma análise da sociedade capitalista dessa época, comandada pelo regime de acumulação conjugado, se torna fundamental para depois analisar os movimentos sociais no seu interior. O primeiro momento será constituído, então, por uma análise da sociedade capitalista durante o capitalismo oligopolista transnacional, expondo os conceitos fundamentais e base teórica, para, num segundo momento, analisar os movimentos sociais nesse contexto e sofrendo as determinações da época.

O Capitalismo Oligopolista Transnacional

O ponto de partida de nossa análise dos movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional pressupõe uma conceituação desse período histórico e uma análise da sociedade dessa época, para, posteriormente, analisar os movimentos sociais em seu processo concreto de desenvolvimento.

O capitalismo oligopolista transnacional é uma fase do desenvolvimento capitalista, predominante na Europa Ocidental durante o pós-Segunda Guerra Mundial até o processo de crise e transição que se inicia no final da década de 1960 e vai até o final dos anos 1970. (VIANA, 2009; VIANA, 2003; VIANA, 2014d). Essa fase do capitalismo é caracterizada pela vigência do regime de acumulação conjugado, também chamado de intensivo-extensivo (VIANA, 2003; VIANA, 2009), também chamado de “fordismo”. (HARVEY, 1992).

O regime de acumulação conjugado surge após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da emergência dos Estados Unidos como grande potência mundial e reconstrução da Europa Ocidental a partir de seu auxílio. Este regime de acumulação é caracterizado por instituir o fordismo como forma de organização do trabalho dominante, bem como pelo Estado Integracionista e pela exploração internacional via expansão oligopolista transnacional.

O fordismo se caracterizava por ser um desenvolvimento do taylorismo com um processo de maior inovação e uso de tecnologia visando o aumento da extração de mais-valor relativo (produtividade), realizando um processo de produção em massa, o que gerava o consumo em massa e isso era acompanhado pela expansão do sistema de crédito e aumento de salários reais. O Estado integracionista (também chamado de “keynesiano”, do “bem estar social”, “providência”, etc.) se caracteriza por fortes investimentos estatais no processo de produção e regulação do processo produtivo, articulados com fortes investimentos em

políticas de assistência social, gerando um processo de maior integração de partidos e sindicatos na lógica estatal e capitalista. (VIANA, 2009).

Esse processo gerou uma ampliação da sociedade civil organizada. Nesse contexto, a burocratização e mercantilização das relações sociais se ampliam. (VIANA, 2008). A expansão oligopolista transnacional marcava uma época de expansão para além das fronteiras nacionais do capital oligopolista, que se torna transnacional² e aumenta a exploração internacional. O capital oligopolista transnacional se espalha pelo capitalismo subordinado, realizando uma exploração intensa da força de trabalho, mais barata nesse bloco de países capitalistas, promovendo uma acumulação extensiva, com alto grau de extração de mais-valor absoluto. Esse processo de superexploração da força de trabalho era complementado pela transferência de mais-valor (remessa de lucros e royalties, comércio internacional e dívida externa) dos países capitalistas subordinados para os países capitalistas imperialistas (VIANA, 2009; DOCKÈS, 1976).

Nesse contexto, há mutações na sociabilidade capitalista, havendo uma intensificação da burocratização, mercantilização e competição social. Nesse contexto, no capitalismo imperialista, há o aumento do consumo, gerando a “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1992), aumenta a burocratização geral da sociedade (LAPASSADE, 1977; VIANA, 2008), bem como a mercantilização (FROMM, 1986; VIANA, 2008), o que produz um novo mercado consumidor, especialmente a juventude (VIANA, 2014b; VIANA, 2014c).

Neste contexto, emergem novas ideologias e abordagens críticas do capitalismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, temos a emergência de diversas ideologias, resultado do processo de burocratização das universidades e da produção científica, inclusive nas ciências sociais. É nesse contexto que emerge o funcionalismo e outras ideologias. Wright Mills será um dos críticos de tais ideologias, tal como o que ele denominou “grande teoria”, representada por autores funcionalistas como Parsons, e pelo “empirismo abstrato”, representada pela tendência quantitativista que teve como grande expoente Lazarsfeld (WRIGHT MILLS, 1982).

No caso francês, emerge, inicialmente, uma tendência mais crítica expressa pelo existencialismo e por uma certa influência do marxismo, resultado da resistência francesa ao

² Alguns autores usam o termo “multinacional” enquanto que outros usam “transnacional”. Optamos pelo termo transnacional por julgá-lo mais adequado (VIANA, 2009; DOCKÈS, 1976), pois não são empresas de várias nações e sim de uma que se transfere para outra.

nazismo e pelo descrédito da direita política e dos intelectuais conservadores. Porém, a partir de 1960 emerge novas forças e os embates anteriores são esquecidos, surgindo, especialmente com Lévi-Strauss o estruturalismo, que será a ideologia vigente dessa década. Em ambos os casos, o formalismo, o tecnicismo, as ideologias tecnocráticas, acabam avançando e se tornando cada vez mais influentes. Em ambos os países emergem as ideologias da “sociedade pós-industrial”. (BELL, 1969; TOURAINE, 1970).

Isso era complementado pela tese da “integração da classe operária” no capitalismo e pelo abandono dos projetos revolucionários. O movimento operário realmente recuou nesse período, graças à estabilidade social e política, sendo que a exploração internacional era um dos pilares para este processo.

Nos anos 1960, a resistência às ideologias dominantes e modismos acadêmicos era representada pelo existencialismo, que passa a ser uma força menor em relação ao papel anteriormente conseguido, pelo marxismo e pela chamada “Escola de Frankfurt”, além de alguns sociólogos das mais variadas vertentes (Henri Lefebvre, Wright Mills, Michael Harrington, etc.). Nesse contexto, Sartre (1998) busca se aproximar do marxismo, bem como surgem as obras de crítica da vida cotidiana de Lefebvre (1992), a análise crítica dos sociólogos americanos Harrington (1977) e Wright Mills (1982), bem como os representantes da Escola de Frankfurt, especialmente a crítica da indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1985) e as obras de Marcuse (1999). A cultura contestadora vai se ampliar a partir dos anos 1960, especialmente na França. (DEBORD, 1997; GUÉRIN, 1969; GORZ, 1968).

Assim, é necessário compreender que os regimes de acumulação não são estáticos, pois eles possuem elementos permanentes, que são os essenciais, mas possuem um desenvolvimento e alterações. O desenvolvimento ocorre no processo de instauração do regime de acumulação, depois sua consolidação e relativa estabilidade, e, posteriormente, sua perda de estabilidade e crise.

Podemos expressar isso através de diversos ciclos. Há o ciclo da constituição, na qual ocorre sua formação, expansão e ascensão; o ciclo de consolidação, na qual há sua estabilização e fortalecimento e, por último, o ciclo de dissolução, na qual há enfraquecimento, desestabilização, crise, reconfiguração parcial e crise final. Esse último ciclo é mais complexo e não tem uma dinâmica linear, bem como os demais também não, pois dependem de especificidades locais, processos sociais, etc. O ciclo de dissolução pode ter uma crise inesperada e imediata, sofrer reconfiguração parcial e ter nova crise, etc., bem como

pode ter mais de um processo de reconfiguração e crise, antes de chegar uma crise final, que é aquela na qual a passagem para outro regime de acumulação ocorre. Isso depende, fundamentalmente, das lutas de classes e outros processos sociais no interior de uma determinada dinâmica da acumulação capitalista. (VIANA, 2014d).

Podemos pensar, portanto, numa periodização do regime de acumulação conjugado: o ciclo de constituição iniciou-se aproximadamente em 1945³ e vai se formando, no caso europeu e americano (com as diferenças entre ambos e internas no primeiro caso) até aproximadamente a metade de 1950. O seu ciclo de desenvolvimento inicia-se mais ou menos nesse período e se mantém até o final dos anos 1960. A partir do final da década de 1960 temos o ciclo de dissolução, que vai culminar na crise dessa época e se prolongar, tendo nos anos 1970 a época de reconfiguração parcial e no seu final sua crise final e a partir de 1980 começa a emergir o novo regime de acumulação.

Os Movimentos Sociais no Capitalismo Oligopolista Transnacional

No capitalismo oligopolista transnacional temos o que alguns autores denominaram “novos movimentos sociais”. Para compreender esses movimentos sociais durante o regime de acumulação conjugado é necessário perceber que o processo de estabilidade política e social conseguido nos Estados Unidos e Europa Ocidental garantido por ele, o que promoveu um processo de recuo do movimento operário, passando a ser mais moderado e dominado pelas burocracias partidárias e sindicais, promovendo um processo que alguns denominaram “integração da classe operária” (MARCUSE, 1982; BON e BURNIER, 1975), o que deixou o campo aberto para emergência de novas demandas, reivindicações e grupos sociais.

Isso, sem dúvida, pode ser relacionado com a abordagem de Tarrow (2009; GOHN, 2002), segundo a qual um ciclo de protesto emerge e produz entusiasmo, mas logo vem a

³ Não existe uma data exata para isso, pois além das variações por países, alguns elementos emergem antes e outros depois, somente num certo contexto ganha um significado mais totalizante que expressa um regime de acumulação. Antes de 1945 já existia alguns elementos, derivados da crise do regime de acumulação intensivo, como o intervencionismo estatal (capitalismo de Estado russo, nazi-fascismo, keynesianismo), que só vão ganhar seu significado total após 1945. Keynes, um dos grandes inspiradores do estado integracionista, por exemplo, escreveu sua grande obra em 1936 (KEYNES, 1996). Isso quer dizer que um ciclo de constituição tem um processo precedente que ele recupera, assimila e coloca no interior de uma totalidade. É por essa mesma razão que afirmar que existiu neoliberalismo antes de 1980 (antes dos governos Thatcher e Reagan) é tomar um aspecto isolado da realidade e pensar fora do seu contexto (tal como as ideologias neoliberais da década de 1940 ou o governo de Pinochet no Chile). Uma data exata para o nascimento do regime de acumulação integral é difícil estabelecer e por isso sempre é uma data significativa na qual um dos seus elementos essenciais emerge, não sendo, contudo, algo já pronto e acabado, pois teve antecedentes e terá processo de estruturação do conjunto.

repressão e desilusão e, posteriormente, novo ciclo e entusiasmo. Assim, antes da Segunda Guerra Mundial, uma onda de lutas operárias varreu a Europa e sua derrota abriu caminho para a ascensão do nazifascismo e a realização da guerra imperialista. Apesar da análise de Tarrow ser problemática, pois analisa os movimentos sociais como eles tivessem vida própria e um ciclo natural e imanente, desconsiderado as classes, estado, regimes de acumulação, etc., ela tem o mérito de tematizar a ascensão, desenvolvimento, auge e declínio das lutas sociais, desde as lutas operárias e de classes, até as lutas sociais dos movimentos sociais. Porém, esse ciclo não é inevitável e nem é uma “lei da história”, sendo uma tendência que efetivamente ocorreu nesse caso.

O recuo do movimento operário abriu caminho para que outros movimentos sociais ficassem em evidência, tal como o movimento feminista norte-americano, hegemonizado pelas classes auxiliares da burguesia, e, portanto, de caráter moderado, bem como o surgimento do movimento dos direitos civis em 1955, os movimentos da juventude a partir de 1950, o movimento negro a partir de 1955 (Martim Luther King sendo expressão desse movimento), e a chamada segunda onda do movimento feminista a partir da década de 1950. (BOTTOMORE, 1981).

No entanto, esses movimentos são produtos desse estágio do desenvolvimento capitalista, mas ainda se encontram dentro de sua dinâmica, estando sob hegemonia burguesa e tendo suas reivindicações e processo de luta dentro dos horizontes burgueses e de forma moderada. Esses movimentos sociais surgem quando o ciclo de constituição do regime de acumulação conjugado está se fechando, o que coincide com a restauração da Europa (e é preciso notar as diferenças nacionais, tal como a situação de pobreza em alguns países durante certo tempo, tal como na Itália) e são expressão de um recuo do movimento operário diante da instauração do Estado integracionista (“bem estar social”) e outras mudanças, tal como aumento da capacidade de consumo (gerando a ideologia da “sociedade de consumo”), e explicitação de outros conflitos sociais, como a opressão da mulher, racismo, etc.

No decorrer da década de 1960, esse processo de emergência de movimentos sociais, que alguns chamam de “novos”⁴, convivem com um momento de recuo do movimento operário. Alguns movimentos sociais sofrem mudanças, outros surgem e/ou se desenvolvem. Os movimentos sociais que se destacam nesse período são o estudantil, feminista,

⁴ Tais movimentos sociais não são tão “novos” assim, pois alguns existiam, com outra dinâmica, antes, e outros emergiram e esses últimos foram os menos analisados pela literatura que usa tal terminologia.

nacionalista, pacifista, negro, etc. Isso ocorre durante o ciclo de consolidação do regime de acumulação conjugado.

Essa situação, no entanto, se altera com a passagem para o ciclo de dissolução do regime de acumulação conjugado. Os movimentos sociais assumem proporções maiores e maior radicalidade a partir do final da década de 1960, com a reemergência do movimento operário autônomo⁵ e com a ascensão do movimento estudantil e fortalecimento de outros movimentos sociais, que também passam por um momento de maior radicalização. O movimento estudantil nos Estados Unidos foi um dos primeiros a se organizar e avançar nas lutas sociais. Nesse contexto, a SDS – Estudantes por uma Sociedade Democrática, surge modestamente em 1959, mas no contexto da década de 1960 amplia sua força e acaba incentivando um processo de avanço das lutas estudantis, inclusive em outros países (BOTTOMORE, 1981).

O SDS começou de forma desprezível em 1959 com o ressurgimento da seção juvenil da antiga Liga pela Democracia Industrial, mas logo começou a crescer como parte de um renascimento geral das ideias radicais e dos movimentos da Nova Esquerda, e mais particularmente através da participação de estudantes no movimento pelos direitos civis. Seu primeiro manifesto, a Declaração de Port Huron, apresentava a ideia da ‘democracia com participação’, que foi traduzida na prática política primeiro em projetos de ação comunitária e posteriormente sob diversas formas de ação direta nas universidades (começando com o Movimento pela Liberdade de Expressão, em Berkeley, em 1964) e contra a guerra do Vietnã. O número de membros do SDS cresceu rapidamente de 4.000, em 1965, para cerca de 100 mil, três anos mais tarde, e, durante esse período, contou com um número muito maior de pessoas que o apoiavam e que se identificavam de alguma maneira com o “o Movimento”. (BOTTOMORE, 1981, P. 43).

O caso europeu foi marcado também pela emergência de movimentos juvenis e outros, que, no entanto, não tiveram grande impacto sobre a sociedade. Esses processos ocorrem através da reconfiguração do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, que marca um processo de estabilização e relativa neutralização do proletariado ao lado com novas demandas sociais e fortalecimentos de novos grupos sociais⁶. Esse é o caso dos jovens, e o

⁵ Devemos deixar claro que os movimentos sociais não significam a mesma coisa que movimento de classes sociais. O movimento operário nasce com o próprio capitalismo e é seu elemento constituinte e fundamental ao lado do movimento do capital. Os movimentos sociais surgem posteriormente e sua base social não é formada por classes sociais e sim por grupos sociais (JENSEN, 2014), de diversos tipos, incluindo os reunidos por projeto político. A relação entre movimento operário e movimentos sociais é complexa, pois estes emergem a partir de situação de opressão e demandas sociais que, a princípio, os colocam contra a burguesia, mas, no entanto, devido à hegemonia cultural, processos de cooptação, etc., ela acaba tendo a hegemonia na maioria dos casos, com exceções, representadas por aqueles que se aproximam do movimento operário, e que aumenta nas épocas de acirramento das lutas de classes.

⁶ Nesse sentido, a tese de Jensen (2014), segundo a qual os movimentos sociais só podem existir tendo por base grupos sociais se vê reforçada nesse processo, pois a juventude acaba se torna um grupo social mais coeso e

seu setor mais politizado e autônomo, os estudantes universitários. Um exemplo desse processo é os chamados *Provos*, na Holanda:

As táticas de revolução dos provos fizeram grande sucesso e levaram muitos populares nas ruas a rir, junto com eles, das gozações que promoviam contra as autoridades, com *happenings* semanais, desde 1964. Sempre que eram cercados pela polícia, muito mais gente aparecia para ver o que estava ocorrendo, garantindo a publicidade do grupo. Os provos, em suas críticas aos poderes, propunham soluções práticas imaginativas e irônicas, como os planos Bicicletas Brancas (fornecendo gratuitamente bicicletas à população), Casas Abertas (todos os sábados, saíria uma lista das casas desabitadas da cidade, com as portas pintadas de branco para quem quisesse ocupá-las) e Cidade Aberta (em que se vislumbra uma Amsterdã futurista, onde todo o trabalho seria feito por máquinas, deixando as pessoas livres para fazer o que quisessem). Eles usaram táticas de guerrilha urbana, embora desarmados, provocando o inimigo (as autoridades) e desaparecendo, como no dia em que pararam o trânsito de Amsterdã depois de soltar centenas de galinhas nas ruas. Em maio de 1966, atacaram, com bombas de fumaça, a procissão de casamento da princesa Beatrix e do príncipe Claus Von Amsburg, o que motivou violento revide da polícia. Em julho, conseguiram ingressar no Parlamento Municipal, com 2,4% dos votos. (GROPPO, 2005, p. 202).

Mesmo com o fim dessas ações, novos grupos emergiram herdando suas práticas, tal como os *Kabouters*. Em outros países, sob outras formas, ações juvenis e estudantis estiveram presentes na vida social e chamavam a atenção, inclusive suas manifestações culturais, herança do Rock and Roll e de outras formas artísticas e musicais.

No caso mais específico dos Estados Unidos, alguns elementos típicos da sociedade norte-americana reforçam outros movimentos sociais. A persistência de um forte racismo acaba gerando uma resistência maior dos negros e as guerras, culminando com a do Vietnã, acabam gerando um outro tipo de movimento social, o pacifista, que reforça outro mais amplo, que é o dos direitos civis (BOTTOMORE, 1981).

O ciclo de dissolução significa uma crise do regime de acumulação conjugado e os movimentos sociais surgidos anteriormente se fortalecem e radicalizam, bem como outros emergem a partir desse contexto. Esta crise é o que provoca uma radicalização nos movimentos sociais dessa época. A queda das taxas de lucro (HARVEY, 1992; VIANA, 2009) e os efeitos disso nas sociedades europeia e norte-americana, bem como as ações estatais derivadas dessa situação (reforma universitária na França, guerra do Vietnã, etc.) fazem com que os estudantes passem, principalmente no caso francês, mas também na

consolidado nessa época, tanto pelo avanço do processo de escolarização, criação de um mercado consumidor juvenil, avanço do capital comunicacional, quanto pela sua cultura constituída nesse contexto. Da mesma forma, o papel das mulheres na sociedade civil e no processo de trabalho avança e é um dos elementos que fortalece o movimento das mulheres. No caso dos Estados Unidos, além dos estudantes e mulheres, os negros e outros grupos acabam reforçando a proliferação e fortalecimento dos movimentos sociais.

Alemanha com grande radicalidade e em outros países (Bélgica, Itália, etc.) a radicalizar suas lutas e colocar o processo num novo patamar, influenciando outros setores da sociedade.

O movimento operário na França, Itália e Alemanha também radicaliza e nesse contexto, a hegemonia burguesa nos movimentos sociais é abalada e em diversos casos é superada e uma hegemonia proletária passa a existir em alguns momentos em alguns países (especialmente França, Itália e Alemanha, mas também chega a ter impacto nos Estados Unidos e outros países imperialistas). Esse processo é complexo e marca todo um encaminhamento das lutas que ganha ressonância no movimento operário e em outros setores da sociedade, tal como no caso da intelectualidade, que fortalece as lutas estudantis. Dois movimentos sociais ganharam algo grau de radicalidade nesse momento. O movimento negro, especialmente no caso dos Panteras Negras, nos Estados Unidos, e a rebelião estudantil de maio de 1968 (VIANA, 2009; VIANA, 2003), na França.

No caso francês, a crise do regime de acumulação conjugado produz mudanças na estrutura universitária, anunciadas como o Plano Fouchet e o V Plano (MANDEL, 1979), e com a tendência tecnicista ou, segundo expressão de Touraine (1974), tecnocrática. A situação francesa e a expectativa de não inserção no mercado de trabalho, mesmo porque havia um crescimento vertiginoso de vagas no ensino superior, era outra razão para mobilização estudantil. A deterioração da condição estudantil e o caráter tecnicista da reforma universitária produz um conjunto de protestos e reivindicações, ainda demasiadamente moderadas e meramente reivindicativas. No entanto, o movimento estudantil avançou com esse primeiro passo de lutas reivindicativas.

Nesse contexto, a cultura contestadora existente forneceu munição cultural para os estudantes avançarem nas suas lutas. O primeiro ponto a se destacar é que um setor dos estudantes buscava apenas combater a reforma universitária e realizar lutas reivindicativas, mas outro setor, minoritário, já buscava a transformação radical. Isso revela que uma parte, a maioria esmagadora, do movimento estudantil estava sob hegemonia burguesa, e outra parte, minoritária, sob hegemonia proletária. A cultura contestadora age nos dois casos, mas no segundo ganha maior receptividade e efetividade. As teses da Internacional Situacionista (especialmente Debord) e de outros grupos, bem como a sociologia e filosofia crítica de Marcuse, Gorz, Lefebvre, Sartre, Guérin (LEFEBVRE, 1992; MARCUSE, 1999; DEBORD, 1997; GUÉRIN, 1969; SARTRE, 1998; GORZ, 1968) também exercem influência nas ações

estudantis, bem como o maoísmo e a Revolução Cultural Chinesa, bem como a retomada de concepções e tradições anteriores (comunismo de conselhos, anarquismo).

No decorrer das lutas estudantis, o setor minoritário passou a ser majoritário e a aliança com o movimento operário se tornou mais forte, havendo um forte apoio operário através de greves, ocupações de fábricas e formação de conselhos de trabalhadores. O movimento grevista chegou a atingir mais de 10 milhões de operários. É neste contexto que a ideia de “mudar a vida”, “revolução total”, acaba emergindo, junto com a ideia de autogestão (GUILLERM e BOURDET, 1976; ARVON, 1982) crítica da ciência e das ideologias se fortalece simultaneamente com a radicalização do movimento. Contudo, a crítica já existia desde o início, o que ela fez foi se generalizar no momento de auge das lutas estudantis.

Não é acidental que a “revolução” tenha começado nas faculdades de Sociologia e Psicologia de Nanterre. Os estudantes viram que a sociologia que lhes era ensinada era um meio de controle e manipulação da sociedade, e não um meio de compreendê-la de modo a transformá-la. No decorrer, eles descobriram a sociologia revolucionária. Rejeitaram o nicho reservado para eles na grande pirâmide da burocracia, o de “especialistas” a serviço do poder tecnocrático, especialistas do “fator humano” na equação industrial moderna. Descobriram também a importância da classe trabalhadora. O impressionante é que, pelo menos entre os estudantes ativos, estes “sectários” subitamente pareceram ter se tornado a maioria: seguramente esta é a melhor definição de qualquer revolução. (BRINTON, 2002, p. 19-20).

Um outro movimento social que ganhou importância e se destacou por sua radicalidade foi o dos Panteras Negras. O seu nome original era Partido Pantera Negra para Autodefesa. A razão do surgimento deste grupo foi a opressão racial e no seu início o foco era criar patrulhas para evitar a violência policial contra os negros⁷. Como nos Estados Unidos era permitido o uso de armas, eles andavam armados e protegiam a população negra dos ataques da polícia. Isso gerou diversos confrontos armados entre os integrantes deste grupo e policiais. O grupo passou a ser acusado de atividades criminosas e vários de seus integrantes foram presos, além da situação de conflito permanente com a polícia. O grupo nasce como uma forte expressão de um movimento social e somente com a sua decadência que se aproxima mais de um partido político propriamente dito, quando disputa eleições em 1972. (JOHNSON, 2002).

O seu programa de Dez Pontos, escrito em 1966, apresenta diversas questões sociais, tais como liberdade para os negros, fim do desemprego, fim da espoliação dos negros pelos

⁷ Obviamente que tal grupo foi influenciado pelo movimento dos direitos civis e pelo movimento negro anterior existente, desde Martin Luther King a Malcom X (WOOD e RAJGURU, 2013).

capitalistas brancos, habitações descentes, educação crítica, liberação dos negros do serviço militar, fim da brutalidade policial, liberdade para os presos políticos, julgamento de negros pela própria comunidade negra, e, por fim, “terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça, paz”. (WOOD e RAJGURU, 2013). A influência do marxismo e do maoísmo era uma das marcas deste movimento.

A rebelião estudantil de maio de 1968 colocou em questão a própria sociedade capitalista em sua totalidade (BRINTON, 2002; MATTOS, 1981) e o movimento dos Panteras Negras também apresentava a mesma radicalidade, embora não tivesse conseguido o mesmo apoio e expressão popular. As fontes inspiradoras do primeiro diferem do segundo. Sem dúvida, o maoísmo esteve presente no movimento do maio de 1968 em algumas tendências e indivíduos que participaram do mesmo, embora no bojo de inúmeras outras influências, mais intensas e radicais.

No caso norte-americano, com uma cultura contestadora muito mais limitada⁸, num país no qual o pensamento conservador, além de hegemônico, é amplamente difundido, no qual o marxismo e o anarquismo possuíram, historicamente, uma presença muito mais restrita, então o impacto maior veio das tendências culturais estrangeiras ligadas ao processo de mudanças sociais, tal como a Revolução Cultural Chinesa. Ou seja, não era a formulação teórica que era a grande fonte inspiradora e sim aquilo que parecei estar sendo mobilizador em outros lugares.

No entanto, a derrota do maio de 1968, o recuo dos Panteras Negras, entre outros movimento e lutas sociais, significaram um reforço da dominação capitalista. No entanto, isso não significou a derrota total do movimento operário e dos movimentos sociais. As derrotas não foram gerais, ainda existiam lugares nos quais havia a manutenção das lutas e todo um movimento de resistência, inclusive alguns influenciados ou inspirados no Maio de 1968 e outras lutas anteriores. O ciclo de dissolução teve seu momento de desestabilização e crise no final da década de 1960, mas passou por um momento de reconfiguração parcial e situação de desestabilização que marcou a transição para o regime de acumulação integral⁹, o atual regime de acumulação.

⁸ Basta ver o número de franceses no campo da cultura contestadora citados anteriormente para se perceber isso.

⁹ Também chamado de regime de acumulação “flexível” (HARVEY, 1992), expressão problemática por ser reducionista e eufemística, entre outros termos. Para uma crítica do uso de eufemismos para explicitar a realidade contemporânea, cf. Bourdieu (1998) e Viana (2009). Os outros termos utilizados para definir a atual fase do capitalismo contemporâneo são ideológicos, como aqueles que supõem um regime de acumulação financeirizado (CHESNAIS, 2002), os que supõe ter ocorrido uma superação do capitalismo, como as teses da

Nos anos 1970, a cultura contestadora se manteve, sendo que algumas manifestações anteriores ainda continuam existindo, e outras novas são forjadas. No plano artístico, por exemplo, a emergência do punk rock. No plano teórico, emergem as primeiras teorias da autogestão que utilizam efetivamente tal palavra, como as obras da chamada “análise institucional”, representada por Georges Lapassade, Rene Lourau, Michel Lobrot, bem com outras tendências e expressões, como Yvon Bourdet, Allain Guillerme, etc. O pensamento ecológico ganha força e em muitos casos vinculado com a ideia de autogestão, etc. As lutas operárias na Itália e em menor grau na França e outros países, sob a forma do autonomismo, a Revolução dos Cravos em Portugal, aliado com outros processos, como a chamada “crise do petróleo”, de 1974, faziam com que os anos 1970 fossem ainda de fortes lutas e movimentos sociais mais combativos, apesar da hegemonia ser paulatinamente retomada pela burguesia.

É neste contexto que há a tentativa de reconfiguração do regime de acumulação conjugado. As mutações desse regime de acumulação são no sentido de preservá-lo e não de superá-lo, apesar de que elas, em grande parte dos casos, já fossem uma prefiguração do regime de acumulação integral. Essa foi a intenção da “Comissão Trilateral”, que exigia estados mais repressivos, prenunciando o neoliberalismo, e outras receitas visando salvar o regime de acumulação conjugado. Uma das teses apresentadas por sociólogos renomados foi a de que excesso de participação é prejudicial à democracia, mostrando preocupação com governabilidade, deslegitimação da autoridade e outros problemas disfuncionais no processo democrático. (CROZIER, HUNTINGTON e WATANUBI, 1975). Junto com isso, a receita de estados mais repressivos, especialmente no capitalismo subordinado¹⁰, onde os conflitos permaneciam fortes e antecederam os que varreram a Europa e Estados Unidos no final da década de 1960.

“sociedade pós-moderna” ou “pós-industrial” (BELL, 1969; TOURAINE, 1970; LYOTARD, 1993), entre outras denominações, como, por exemplo, “modernidade líquida” (BAUMAN, 2003) ou “modernidade tardia” (GIDDENS, 1991). O que todas essas expressões demonstram é que o capitalismo entrou numa nova fase e esta pode ser vista sob a forma ideológica ou teórica e, obviamente, a primeira predomina, pois “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” (MARX e ENGELS, 1988).

¹⁰ Por capitalismo subordinado entenda-se o conjunto de países que até bem pouco tempo eram denominados “Terceiro Mundo”, mas também “subdesenvolvidos”, “periféricos”, “dependentes”, etc. No entanto, aqui não se trata de uma abordagem baseada na chamada “teoria da dependência”, pois em que pese esta possui alguns elementos interessantes para compreender a realidade mundial, padece de vários problemas teórico-metodológicos. O foco aqui, como é facilmente perceptível, é o capitalismo imperialista e suas contradições, e não o capitalismo subordinado, cuja dinâmica dos movimentos sociais e luta de classes era distinta, devido ao próprio processo de subordinação, expressão da exploração internacional e transferência de mais-valor. Contudo, e devido justamente a isso, a estabilidade do capitalismo imperialista foi conquistada à custa da instabilidade do capitalismo subordinado. (VIANA, 2009).

Uma das ideias-chaves da Comissão Trilateral é reunir os países do capitalismo imperialista (EUA, Japão e Europa Ocidental), desenvolver governos mais “fortes”, especialmente no que era chamado “Terceiro Mundo” (inclusive propondo censura da imprensa em determinados casos), entre outras questões. Na verdade, após as lutas de classes do final dos anos 1960, a Trilateral, fundada em 1973, por Rockefeller, se preocupa com novas sublevações, ou seja, sua preocupação é constituir uma contrarrevolução preventiva, para usar termo de Marcuse (1981). Um de seus relatórios deixa isso claro. O termo “interdependência” assume papel-chave (e, no fundo, significa imperialismo) e depois de colocar sua importância e necessidade, reconhece que ela está ameaçada por catástrofes tanto externas quanto internas. Segundo esse relatório, “o sistema internacional passa por mudanças fundamentais, os quais podem aumentar a injustiça e a repressão e implicam a probabilidade de colapsos econômicos, ecológicos e políticos”. (apud. HINKELAMMERT, 1978, p. 209).

A “onda mundial de revoltas”, segundo expressão de Luís Antônio Groppo (2005), gerou essa preocupação e a tentativa de uma contrarrevolução preventiva. Nesse momento histórico, “a contrarrevolução é predominantemente preventiva e, no mundo ocidental, inteiramente preventiva”. (MARCUSE, 1981, p. 11). Neste contexto, “o capitalismo reorganiza-se para enfrentar a ameaça de uma revolução que seria a mais radical de todas as revoluções históricas. Seria a primeira revolução histórica verdadeiramente mundial” (MARCUSE, 1981, p. 12). Ou seja, a mundialização da luta de classes no final dos anos 1960 tornou mais forte a tendência de sua repetição e da revolução mundial, o que, por sua vez, gera a necessidade de uma contrarrevolução preventiva e igualmente mundial e por isso o termo “interdependência” e a preocupação com o “Terceiro Mundo” se tornou fundamental para a comissão trilateral. (HINKELAMMERT, 1978).

Se Marcuse percebeu isso em 1972, data da publicação do seu livro, não conseguiu perceber o mesmo processo no que se refere a outro fenômeno que acompanhou as mutações políticas que ele identificou, em parte por ser um processo em constituição. Pois, o capital, da mesma forma que fez nos âmbitos políticos e financeiros, buscou realizar uma contrarrevolução cultural preventiva, expressa principalmente no plano artístico e científico, com a emergência do que pode ser denominado pós-vanguardismo, no primeiro caso, e pós-estruturalismo, no segundo. (VIANA, 2009).

É justamente após 1968 que emerge o pós-vanguardismo na produção artística¹¹ (HUYSSSEN, 1992), uma expressão ideológica conservadora que significa uma maior subordinação da esfera artística ao capital. Nessa mesma época, emerge o pós-estruturalismo em suas diversas tendências, sendo que a “história em migalhas” começa seu caminho na historiografia a partir do momento em que Jacques Le Goff assume a direção da “Escola dos Annales” (DOSSE, 2003), bem como em várias outras ciências humanas e filosofia, no qual se retoma temas do maio de 1968 e da cultura contestadora anterior (o cotidiano, a crítica da razão instrumental, etc.), só que os retirando da totalidade e assim despolitizando-os. (VIANA, 2009; VIANA, 2012).

É nesse contexto que se cria a ideologia que se intitula “pós-modernismo” (o que aqui chamamos pós-vanguardismo, no caso da esfera artística, e pós-estruturalismo, no caso da esfera científica), que supostamente supera o “modernismo” (como se fosse um todo homogêneo) e se apresentando como “superação” (“pós”) e algo também homogêneo, num estilo evolucionista e simplificador que supera e nem tem um nome para se identificar, no máximo consegue dizer que vem depois do modernismo¹². No entanto, essa contrarrevolução cultural preventiva não se tornou imediatamente hegemônica, pois tinha outros adversários, como o bolchevismo e semelhantes no capitalismo subordinado, bem como outras manifestações consideradas marxistas e outras que não cederam imediatamente ao novo modismo intelectual e artístico. A sua hegemonia se iniciará com a instauração do novo regime de acumulação, a partir de década de 1980 (e por isso sua influência nos movimentos sociais será ainda pequena nesse período de transição).

Os movimentos sociais nesse contexto se mantêm, com o fortalecimento do movimento ecológico, hegemônico pelo capital, tal como se pode perceber na estratégia do chamado “Clube de Roma”, apesar de tendências radicais ainda existirem. As lutas de classes continuam fortes no capitalismo subordinado e em determinados países, como, por exemplo,

¹¹ “Charles Jencks, o mais influente proponente do pós-modernismo, pode, portanto, declarar, com absoluta convicção, que ‘a arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri, em 15 de junho de 1972 às quinze horas e trinta e dois minutos’. Essa foi a data em que o infame projeto habitacional Pruitt-Igoe foi dinamitado, depois de o prédio ter engolido milhões de dólares em tentativas de recuperação do vandalismo energético que sofrera nas mãos dos seus nada impressionados habitantes. Para Jencks, esse momento cristaliza o começo de um conjunto plural de resistência à hegemonia do modernismo” (CONNOR, 1992, p. 61).

¹² Não poderemos desenvolver aqui maiores questionamentos ao pós-estruturalismo, isso pode ser visto nas obras citadas (VIANA, 2009; VIANA, 2012), bem como outras não citadas (EAGLETON, 1998; BRAGA, 2013), sem falar naquelas que tratam de ideólogos específicos (ANJOS, 2013; VIANA, 2013).

em Portugal, antes e depois da Revolução dos Cravos, bem como as lutas operárias na Itália, entre outros exemplos.

Em países em que as lutas não mantiveram uma forte intensidade, ocorreu a busca de retomada delas artificialmente através do voluntarismo, tal como no caso alemão e Itália (principalmente depois da segunda metade da década de 1970, como o esgotamento do movimento operário e autonomismo, apesar de ter surgido em 1969), com as guerrilhas urbanas, executadas por grupos que como o Grupo Baader-Meinhof, que ganhou até filme recentemente, no caso alemão, e Brigadas Vermelhas¹³, no caso italiano. O grupo Brigadas Vermelhas se fortalece com a desilusão dos autonomistas:

As Brigadas Vermelhas são um grupelho marxista-leninista passado para a clandestinidade para exercer o terrorismo. Elas se subtraem totalmente às verificações canônicas da tradição marxista italiana. Seu critério de verificação do sucesso não depende de modo algum de manifestações populares, mas somente do grau de terror que conseguem inspirar nas elites políticas e sociais e do grau de ressonância de suas ações. A força das Brigadas aumenta consideravelmente com o afluxo dos desertores do movimento autônomo (1977). Forma-se então o movimento armado. (ALBERONI, 1991, p. 378).

A tentativa de reconfiguração do regime de acumulação para mantê-lo não conseguiu impedir as tentativas de revolução (Portugal em 1974, Polônia em 1980), lutas contra os regimes ditatoriais através de movimentos grevistas (Brasil e as greves de maio de 1978 como seu momento mais radical), bem como a permanência de diversos movimentos sociais com tendências radicais e ainda a reprodução de uma cultura contestadora, principalmente na Europa. Apesar do enfraquecimento de parte da resistência ao movimento do capital, a situação não era a melhor para a acumulação capitalista.

O aumento da exploração internacional via dívidas externas e outros processos encontravam o entrave da crise do petróleo, a resistência operária que nos países de capitalismo subordinado aumentava e pressionava no sentido de melhores salários e redemocratização onde se vivia em regimes ditatoriais, o que provocou um processo de alteração, cuja primeira experiência foi a inglesa com Margareth Thatcher, eleita em 1979, e Ronald Reagan, eleito em 1980 e depois se generalizou pela Europa e resto do mundo¹⁴.

¹³ “Excluídos das manifestações, perseguidos pela polícia, os autônomos, em 1977-1978, ou se dispersam, ou convergem para as brigadas vermelhas” (ALBERONI, 1991, p. 378).

¹⁴ Não se deve entender “neoliberalismo” como aplicação de um modelo ou uma ideologia e sim uma forma assumida pelo Estado capitalista que tem diversas outras formas de manifestação concreta, dependendo das especificidades do país, correlação de forças entre classes e no bloco dominante, etc. (VIANA, 2009). O neoliberalismo está inserido numa totalidade que o constitui e esta é a do regime de acumulação integral, não

Contudo, esse processo já extrapola nossos objetivos que se restringe a analisar os movimentos sociais na época do regime de acumulação conjugado. Nesse contexto, os anos 1970 foram um momento de lutas fortes em determinados lugares e setores, e outras mais moderadas em outros lugares e setores, variando com o decorrer da década. As décadas seguintes serão de recuo e enfraquecimento tanto do movimento operário quanto dos movimentos sociais. Os movimentos sociais nos anos 1970 convivem com um processo de lutas sociais em torno da questão ecológica, questões urbanas, e, em alguns países, movimentos sociais rurais, pela democracia, etc. A influência da ideologia pós-estruturalista era pequena, até se tornar hegemônica junto com a ideologia neoliberal e outras que irão surgir somente a partir dos anos 1980 e décadas seguintes.

A passagem para um novo regime de acumulação acaba alterando a dinâmica dos movimentos sociais e os enfraquecendo durante o período de formação e consolidação do mesmo, sendo que eles retornam no período final de sua consolidação e vão se fortalecendo com o início do seu ciclo de dissolução, apesar de ainda sob hegemonia burguesa (inclusive devido a força das ideologias vigentes e sua influencia nos movimentos sociais anteriores), sendo que mesmo os movimentos sociais mais radicais acabam tendo elementos dessa ideologia no seu interior. Contudo, os movimentos sociais durante o regime de acumulação conjugado também passaram por diversas fases e isso ajuda a compreender os atuais movimentos sociais.

Considerações Finais

O que fica evidente a partir da análise realizada é que a dinâmica dos movimentos sociais está ligada intimamente ao processo de acumulação capitalista e que está indissoluvelmente ligada à luta operária, com seus avanços e recuos, sendo que sua maior presença, ausência, moderação ou radicalidade é determinada por esses dois elementos fundamentais da história da sociedade capitalista. Ao lado disso, outras determinações atuam, tal como a ação dos intelectuais, a cultura, a existência de uma cultura contestadora, a influência das ideologias dominantes, as especificidades de cada país, as demandas e questões

sendo possível, portanto, retirá-lo dessa totalidade apenas por detalhes isolados, o que seria uma concepção não-dialética.

pontuais que mobilizam grupos e indivíduos, a situação internacional e as influências recíprocas.

A maior radicalidade e o projeto autogestionário que emerge na França não tem a mesma característica nos Estados Unidos, pois nestes, apesar de certo crescimento da cultura contestadora, seu caráter era bem mais moderado e o pensamento conservador muito mais forte e estruturado nesse país. Essas diferenças nacionais geram diferenças nas lutas políticas, bem como a especificidade do movimento negro, mais forte em determinados países nos quais a população negra é maior e esteve submetida à escravidão. Assim, é necessário compreender as determinações específicas de cada caso específico, tanto movimento social, quanto país, etc., entendendo, de acordo com um dos princípios fundamentais do método dialético, que “o concreto é a síntese de suas múltiplas determinações”. (MARX, 1983).

Em síntese, os movimentos sociais aumentam sua presença na sociedade civil após a Segunda Guerra Mundial, devido ao regime de acumulação conjugado e suas características, e isso permitiu a sua maior visibilidade, o que acompanhou a menor radicalidade e força do movimento operário no caso Europeu e norte-americano. Contudo, o movimento operário ressurgiu em alguns países do capitalismo imperialista e isso ao lado da dificuldade da acumulação capitalista, cria novos problemas e isso gera uma radicalização dos movimentos sociais, o que é reforçado por outros elementos (tal como a cultura contestadora existente e pela guerra nacional). Esse processo coloca ainda em mais evidência os movimentos sociais e suas derrotas apontam para seu recuo e nova situação de enfraquecimento e perda de radicalidade ao cair sob hegemonia burguesa.

Nesse sentido, a compreensão dos movimentos sociais na sociedade capitalista remete ao estudo da questão da totalidade das relações sociais e da inserção dos movimentos sociais no seu interior. A análise aqui efetuada buscou dar conta desse processo durante a época do capitalismo oligopolista transnacional e conseguiu destacar alguns dos seus principais aspectos, sendo que pesquisas sobre movimentos sociais específicos podem ampliar essa percepção da dinâmica dos movimentos sociais nesse período histórico.

Referências

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

- ALBERONI, Francesco. *Gênese*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ANJOS, Diego M. P. Regime de Acumulação Integral e o Debate sobre Mudar o Mundo sem Tomar o Poder. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro (orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- ARVON, Henry. *La Autogestion*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. Lisboa: Difel, 1969.
- BON, Frédéric e BURNIER, Michel-Antoine. *Classe Operária e Revolução*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BRAGA, Lisandro. Terry Eagleton contra os Pós-Modernos: A Ironia de uma Crítica Corrosiva. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro (orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- BRINTON, Maurice. *Maio de 1968*. Rio de Janeiro: Conrad, 2002.
- CHESNAIS, François. A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: Conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. Nova York: New York University Press, 1975.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna*. Introdução às Teorias do Contemporâneo. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DOCKÈS, Pierre. *A Internacional do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.
- EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GORZ, André. *Estratégia Operária e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- GROPPO, Luís Antônio. *Uma Onda Mundial de Revoltas*. Movimentos Estudantis de 1968. Piracicaba: Unimep, 2005.
- GUÉRIN, Daniel. *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre: Proa, 1969.
- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- HARRINGTON, Michael. *O Crepúsculo do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HINKELAMMERT, Franz. El Credo Economico de la Comision Trilateral. In: ASMANN, Hugo (org.). *Carter y la Logica del Imperialismo*. Tomo I. São José: Educa, 1978.
- HUYSEN, Andreas. Mapeando o Pós-Moderno. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-Modernismo e Política*. 2ª edição, São Paulo: Rocco, 1992.
- JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 01, num. 01, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1/63> Acessado em: 15 de julho de 2014.
- JOHNSON, Ollie. Explicando a Extinção do Partido dos Panteras Negras. O Papel dos Fatores Internos. *Caderno CRH*, vol. 15, num. 36, 2002.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona: Ariel, 1983.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1992.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 4ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

- MANDEL, Ernest. *Os Estudantes, Os Intelectuais e a Luta de Classes*. Lisboa, Antídoto, 1979.
- MARCUSE, Herbert. *A Grande Recusa Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____, Herbert. *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MATTOS, Olgária C. F. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento*. Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa, Moraes, 1970.
- _____, Alain. *El Movimiento de Mayo o El Comunismo Utopico*. Madrid, Tecnos, 1970.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.
- _____, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 2ª edição, São Paulo: Ar editora, 2014b.
- _____, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. 4ª edição, São Paulo: Zagodoni, 2014a.
- _____, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- _____, Nildo. *Juventude e Sociedade*. Ensaios Sobre a Condição Juvenil. São Paulo: Giostri, 2014c.
- _____, Nildo. *Foucault: Os Intelectuais e o Poder*. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro (orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- _____, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.
- _____, Nildo. *Regimes de Acumulação: Teoria e História*. Florianópolis: Bookess, 2014d.
- _____, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. Ensaios Freud-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.

WOOD, Adrian e RAJGURU, Nutan. The Black Panther Party for Self-Defense. Disponível em: <http://www.socialistalternative.org/literature/panther/ch2.html> acessado em: 29/10/2013.

WRIGHT MILLS, C. *A Imaginação Sociológica*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.